

Webinar “Investimento Colaborativo em Territórios Rurais”

Centro Pinus / Zero

26 Janeiro

A importância das políticas públicas na gestão de territórios de reduzida vitalidade socioeconómica

Maria João Canadas
Instituto Superior de Agronomia

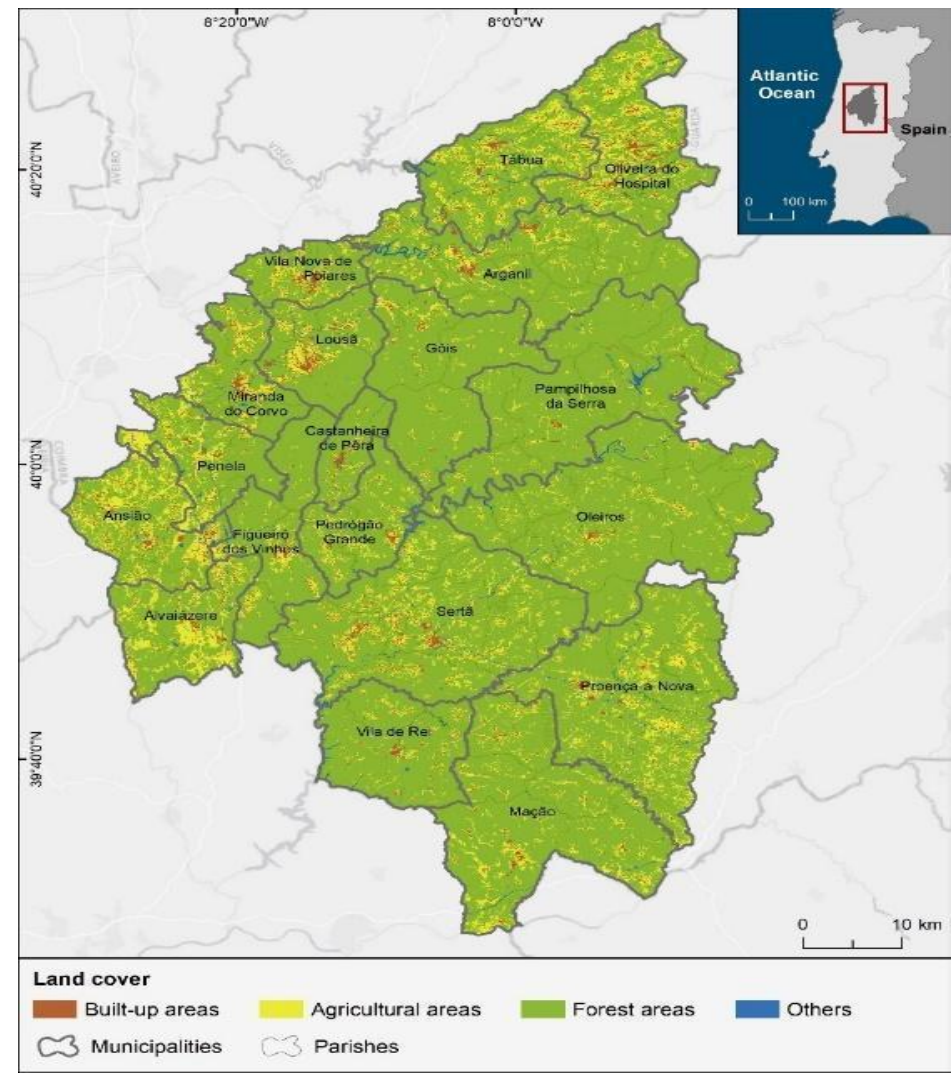
Territórios de reduzida vitalidade socioeconómica. O exemplo da região Pinhal Interior

83% da área da região são hoje espaços florestais
(Floresta + Matos)

Número de residentes decresceu
19% entre 1981 e 2011
9% entre 2011 e 2021

Somatório da área ardida
de 1975 a 2019: 1,6 vezes a área da região
de 2003 a 2019: 0,9 vezes a área da região

**Os incêndios rurais põe a descoberto aquela
reduzida vitalidade**



Medidas de gestão propostas para enfrentar os incêndios rurais

Reduzir o risco e a exposição das pessoas (prevenção).

	Redução do risco pela gestão de combustíveis	Proteção das pessoas
Individual	Gestão à escala dos povoamentos florestais (limpeza de matos, desbastes, desramações, podas, ...)	Redução de combustíveis na proximidade das habitações, utilização de materiais de construção menos inflamáveis, ...
Coletivo	Gestão à escala da paisagem (Faixas de gestão de combustíveis e Mosaicos de diferentes usos do solo)	Faixas perimetrais em torno das aldeias Planos de evacuação e identificação e Sinalização de locais de refúgio

Consenso quanto ao reconhecimento da importância do nível coletivo

Como fomentar a implementação das medidas de prevenção de nível coletivo

Atores das intervenções coletivas

:

Grupos de pessoas
(residentes / cidadãos,
proprietários florestais)

e/ou Governo local
(autarquias)

Abordagens científicas /
académicas em torno do
comportamento de
prevenção de incêndios

Em termos de **análise**, centram-se:
no indivíduo / nos fatores cognitivos / no contexto dos
países anglo-saxónicos (ex. EUA)

Em termos de **implementação**, enfatizam:
a educação / informação acerca do risco,
responsabilidade, etc.
os grupos de cidadãos (não excluindo o apoio do Estado)

O que existe na região em termos de grupos/ações para a prevenção de nível coletivo?

Zonas de Intervenção Florestal (ZIF): 26 que ocupam 17% da região (a maioria surge entre 2006 – 2011)

Apenas metade têm PGF aprovado; Geridas por 11 OPF

Apenas em 6% das freguesias existem grupos de residentes/ cidadãos com atividades de prevenção de incêndios (surgidos após 2017)

Apenas em 14% das freguesias existe pelo menos uma aldeia onde tenha sido designada a pessoa responsável pela segurança (Programa Aldeia Segura, Pessoas Seguras)

Qual a relação entre os grupos/ações de nível coletivo e o historial de incêndios no território/freguesia

A implementação das ZIF (colaboração entre proprietários)

As intervenções coletivas para proteção das pessoas (reportadas pelos P.J.de F.)

□ Não têm relação direta com o historial de incêndios

Ou seja, não se comprova que a experiência de incêndio (e perceção de risco) influencie o desencadear de medidas de prevenção de nível coletivo

Campanhas de educação / sensibilização

com o objetivo de divulgar o conhecimento relativamente ao risco de incêndio e aumentar a perceção da responsabilidade pessoal,

são necessárias, mas não suficientes para fomentar as ações de prevenção

Qual a relação entre os grupos/ações de nível coletivo e as características dos territórios/freguesias (e o financiamento)?

N = 121 freguesias

A implementação das ZIF (área abrangida, antiguidade, aprovação do PGF), colaboração entre proprietários, está direta e positivamente relacionada com

- Dimensão da propriedade
- Vitalidade económica e social
- Financiamento público (relativo a prevenção de incêndios entre 2013-2020)

As medidas de proteção das pessoas* (como plantação de folhosas nativas em volta da aldeia, definição de estratégias de fuga, ...) estão direta e positivamente relacionadas com

Presença de cadastro / Capacidade de Liderança (dirigentes autárquicos)

* Inquérito aos Presidentes de Junta de Freguesia

Colaboração entre proprietários tem relação com fatores territoriais e financiamento público

Desenvolveu-se nos territórios de maior vitalidade demográfica e dinamismo económico.

Ou seja, a expansão da colaboração é grandemente condicionada pelo elevado envelhecimento da população, baixa rentabilidade no uso da terra, e conseqüente abandono da gestão da mesma

Os apoios financeiros foram imprescindíveis para a implementação da colaboração entre proprietários e sua intervenção na gestão dos espaços florestais (ZIF)

A colaboração entre residentes com fins de prevenção é reduzida

E há razões para duvidar que a proteção das pessoas possa prescindir da intervenção pública direta, nomeadamente através dos governos locais

(a percentagem de residentes com mais de 65 anos chega a 2/3 em várias freguesias)

Diferentes contextos territoriais

Pinhal Interior

Repulsão demográfica e envelhecimento

Baixa vitalidade económica

(abandono agrícola, fraca rentabilidade da terra,
reduzida gestão ativa do espaço)

(Espaços florestais de propriedade privada)

Floresta que se aproximou das habitações

EUA/Austrália

Atração e vitalidade demográfica

Vitalidade económica (empreendimentos
urbanísticos em expansão)

(Parte dos espaços florestais de propriedade
pública)

Habitações que se expandem para a floresta

Requerem formas de implementação adaptadas

Conclusões

São necessários mais intervenção e financiamento público para ultrapassar as desvantagens territoriais em regiões demográfica e economicamente deprimidas, assim como para incentivar a gestão de combustíveis para alcançar uma efetiva redução do risco de incêndio

Intervenção indireta no apoio ao associativismo é essencial (para as práticas de nível coletivo e de nível individual), mas dificilmente ocorre sem apoio público, majorado nos territórios onde é mais necessário

Intervenção direta, nomeadamente através das autarquias (governo local), onde as soluções associativas mais dificilmente prosperam